



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

PROJETO DE LEI N.º 158/2022

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 16/11/2022



1º Secretário

Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer no Estado do Piauí e dá outras providências.

Autor: Deputado SEVERO EULÁLIO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada a Utilidade Pública a **Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer - AMACEL**, CNPJ nº 01.775.350/0001-92, entidade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Picos, Estado do Piauí, situada na Rua Domingos Soares da Rocha, S/N, sala 02, Bairro Ipueiras, Cep. 64.604-080.

Art. 2º. Fica assegurada a entidade de que trata o artigo anterior, todos os direitos e vantagens estabelecidos pela legislação pertinente em vigor.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA

Teresina-PI, 11 de novembro de 2022.


Deputado SEVERO EULÁLIO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

JUSTIFICATIVA

A manutenção da música, esporte e lazer é fundamental para o desenvolvimento racional e emocional do ser humano e de uma sociedade, principalmente para conservação de equipamentos e materiais esportivos e profissionais da educação física, músicos, assistentes sociais e demais membros da sociedade, que necessitaram de supervisão e orientação na **Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL**.

Ao conhecer novas culturas e novas oportunidades que prezem por um mundo melhor, sem que a tire totalmente da realidade, mas que a desenvolva de maneira saudável. A nossa infância é uma base forte para nos introduzir a novas experiências e a reagir-las de maneira certa, sendo a música e esportes são utilizados para moldar melhor uma comunidade de indivíduos melhores, tanto culturalmente quanto a relação de prática desportivas.

A AMACEL trouxe e sempre contribuiu como uma bagagem cultural e forte de conhecimento acerca do nosso mundo, e a criança e adultos que precisam de algo que a leve a começar a vida com uma boa base mental e emocional.

Importante ainda, a iniciação na associação é para introduzir na educação e cultura em comunidade, devido à importância que representa no seu desenvolvimento intelectual, auditivo, sensorial, da fala e motor.

Inclusão se faz com acolhimento, mas é preciso também conhecimento da realidade para que se garanta o direito a voz e o sentimento de pertencimento dos excluídos. Por isso, mais do que defender a necessidade de profissionais com conhecimento musical para atuar em diversas classes da sociedade, há que se difundir a ideia da presença de professores com competência pedagógica e comprometimento em relação à questão da inclusão.

É importante receber apoio financeiro e compreender que para o processo educacional, participar de atividades que os considere como seres criativos, com bagagens culturais importantes, com musicalidade e potencialidades artísticas e esportivas, já é uma vivência inclusiva, mesmo que com as diferenças biológicas, culturais e sociais existentes.

Com deficiência ou não, sendo afrodescendente ou não, pertencendo ou não a uma classe econômica mais abastada, não importa, cultura e lazer é de todos e sua vivência é um direito.

Por todo o exposto, peço o apoio dos nobres pares para aprovar o Projeto de Lei em apreço

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE MÚSICA ABÍLIO COELHO DE ESPORTE E LAZER - AMACEL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADE

ART 1º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer - AMACEL, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Picos, estado do Piauí, situada na Rua Domingos Soares da Rocha, s/nº, sala 02, bairro Ipueiras, CEP: 64.604-080.

Parágrafo 1º - A Associação adotará a sigla AMACEL, e o nome de fantasia de Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer, bem como adotará as seguintes insígnias:

- I. Logomarca;
- II. Símbolo;
- III. Emblema;
- IV. Estandarte esportivo.

Parágrafo 2º - As insígnias terão formato, símbolos, cores e significados estabelecidos em Regimento Interno; Poderá ainda criar Medalhas e Condecorações.

ART. 2º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer - AMACEL, tem por finalidade:

- I - O desenvolvimento da cultura da música e da arte;
- II - A capacitação profissional as crianças, jovens e adultos;
- III - A assistência cultural da arte musical, gratuitamente as crianças, jovens e adultos;
- IV - A promoção de integração ao mercado de trabalho;

5
1
4
1
2

V – Implementar programas sociais, de educação, de saúde, de cultura, de esporte e lazer e de educação, que integrem ações de atendimento a criança, jovens e adultos e de qualificação de profissionais e projetos em parceria com a escola pública;

VI – Incentivar e propor parcerias para execução de projetos sociais, culturais, esportivos de lazer e de educação, para crianças, jovens e adultos;

VII – Promover a cultura, esporte, educação e lazer aos menos favorecidos em parceria com órgãos públicos, com a finalidade de afastar as crianças, jovens e adultos da criminalidade;

VIII – Estabelecer parcerias que propiciem ao jovem a experiência da aprendizagem e sua inserção ao mercado de trabalho;

IX – Desenvolver ações com as famílias para o fortalecimento de vínculos familiares e sociais, visando à proteção e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes;

X - Incentivar e promover a prática do esporte em todas as modalidades, como um instrumento de integração e inclusão social;

XI – Promover a cidadania e educação ambiental, desenvolvendo a responsabilidade social e ambiental;

XII – Difundir a prática e as atividades ligadas ao esporte, educação, cultura e lazer de Orientação, em parcerias com as Forças Armadas, Clubes, Universidades e Faculdades, Institutos, Escolas, com Órgãos Governamentais e não Governamentais, Empresas Privadas, Secretarias, Associações, Federações e Confederações;

XIII – Promover os valores da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XIV – Promover a defesa, preservação, conservação do meio ambiente e seu Desenvolvimento sustentável;

XV – Colaborar com programas e projetos do poder público que destinem ao desenvolvimento social, ao combate à miséria e exclusão social;

XVI – Promoção de direitos das pessoas portadoras de deficiência, dos direitos da mulher, do idoso e da criança, combate a todo o tipo de discriminação sexual, racial, social, trabalho forçado e infantil, bem como ao consumo de drogas.

5
1
4
1
1

Parágrafo 1º - Para atingir seus objetivos, a Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL, poderá desenvolver as seguintes atividades:

I – Estabelecer parcerias com o Poder Público federal, estadual e municipal, famílias e outros grupos sociais para integrar iniciativas voltadas para o atendimento às crianças, jovens e adultos;

II – Firmar convênios, contratos, acordos, consórcios, ajustes e termo de parcerias e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras;

III – Receber contribuições, patrocínios, auxílios, dotações, subvenções, doações, emendas parlamentares e legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV- Fomentar a prática cultural, educacional, esportiva, lazer e desporto em parceria com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

V – Estabelecer parcerias para criação e manutenção de escolas de futebol, escola de música e de programas de conservação e preservação ao meio ambiente com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

ART. 3º - No desenvolvimento de suas atividades a Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – não fará qualquer discriminação.

ART. 4º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – terá um Regimento Interno que aprovado pela Assembleia Geral, discriminará o seu funcionamento.

ART. 5º - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – se organizará em tantas unidades de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno aludido no artigo 4º.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS

ART. 6º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – é constituída por número ilimitados de sócios, distribuídos nas seguintes categorias: fundador, benfeitor, honorário, doador e contribuinte.

5
1
4
1

Parágrafo 1º - São sócios fundadores os que participarem da Assembleia de Geral de sua fundação.

Parágrafo 2º - São sócios benfeitores os que, não pertencendo ao quadro social tenham prestados serviços relevantes à Associação e tenham recebido esta qualificação por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - São sócios honorários os que, não pertencendo ao quadro social tenham emprestado o seu prestígio moral ou material ao desenvolvimento da Associação e tenham recebido esta qualificação por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - São sócios doadores todos aqueles que tenham feito doação de qualquer espécie à Associação e tenham recebido esta qualificação por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 5º - São sócios contribuintes todos aqueles que, tendo sido aceitos como membros da associação, têm o dever pagar uma contribuição fixa, mensalmente, estipulada na proposta de admissão.

ART. 7º - São direitos dos sócios contribuintes, quites com suas contribuições sociais:

- I - Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II - Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- III - Fazer propostas e defendê-las nas Assembleias Gerais;
- IV - Propor novos associados.

ART. 8º - São deveres dos sócios:

- I - Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II - Acatar as determinações da Diretoria;
- III - Pagar em dia suas contribuições; e
- IV - Trabalhar para que a Associação possa desempenhar suas funções, finalidades e programas.

ART. 9º - Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Associação.



CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 10º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL será administrada por:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria; e

III – Conselho Fiscal.

ART. 11º - A Assembleia Geral, órgão soberano da Associação, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

ART. 12º - Compete à Assembleia Geral:

I – Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;

II – Decidir sobre reformas do Estatuto;

III – Decidir sobre a extinção da Associação nos termos dos seus artigos 29 e 30;

IV – Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

V – Decidir sobre a conveniência e formas de angariar recursos financeiros e outros, em âmbito nacional ou internacional;

VI – Decidir sobre o valor da taxa de contribuição dos sócios e suas alterações.

ART. 13º - A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

II – Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal, e;

III – Eleger os membros da Diretoria ou Conselho Fiscal.

ART. 14º - A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

I – Pela Diretoria;

II – Pelo Conselho Fiscal; e

III – Por requerimento de 10 (dez) sócios quites com suas obrigações sociais.

5
1
A
11

ART. 15º - A Convocação da Assembleia Geral será feita – por meio de edital afixado na sede da instituição, publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo único – Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda, com qualquer número deles, podendo constar do mesmo edital os prazos para a realização de cada uma delas, com a diferença mínima de uma hora da primeira para a segunda.

ART. 16º - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

Parágrafo único – O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva.

ART. 17º - Compete a Diretoria:

- I – Elaborar e executar o programa anual de atividades;
- II – Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- III – Entrosar-se com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, para mútua colaboração em atividades de interesse comum, em conformidade com as leis do país e as finalidades do presente Estatuto.
- IV – Contratar e demitir funcionários;
- V – Fixar as normas de disciplina funcional;
- VI – Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades, fixando quantidades, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias a sua efetivação;
- VII – Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- VIII – Avaliar a conveniência e fixar os limites de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da Associação, e;
- IX – Zelar pelo cumprimento das leis do país relativas às Associações e outras aplicáveis, bem assim pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal.

ART. 18º - A Diretoria reunir-se-á no mínimo de três em três meses por ano;

ART. 19º - Compete ao Presidente:

S
I
T

- I – Representar a Associação judicial e extrajudicialmente;
- II – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III – Presidir a Assembleia Geral;
- IV – Convocar a presidir as reuniões da Diretoria;
- V – Aprovar ou recusar, se julgar conveniente, compromissos e pagamentos, transferências e outros documentos pertinentes.

ART. 20º - Compete ao Vice-Presidente:

- I – Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu termino;
- III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

ART. 21º - Compete ao Primeiro Secretário:

- I – Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas;
- II – Publicar todas as notícias das atividades da Associação;
- III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

ART. 22º - Compete a Segundo Secretário:

- I – Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término, e;
- III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário.

ART. 23º - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I – Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II – Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III – Apresentar relatórios de receita e despesa, sempre que for solicitado;
- IV – Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- V – Apresentar o relatório financeiro para ser submetido ao Conselho Fiscal.

S
I
A
I
T

VI – Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

VII – Em conjunto com o Presidente movimentar as contas bancárias e outras obrigações, emitindo e endossando cheques, ordens de pagamento, transferências e outros documentos pertinentes.

ART. 24º - Compete ao Segundo Tesoureiro:

I – Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;

II – Assumir o mandato do Primeiro Tesoureiro, em caso de vacância, até o seu término e;

III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

ART. 25º - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro – O mandato do Conselho Fiscal será de 01 (um) ano;

Parágrafo segundo – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término;

Parágrafo terceiro – É vedada mais de uma reeleição consecutiva para membro do Conselho Fiscal.

ART. 26º - Compete ao Conselho Fiscal:

I – Examinar os livros de escrituração da Associação;

II – Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, emitindo parecer a respeito;

III – Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria, emitindo parecer a respeito;

IV – Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

V – Certificar-se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, entidades públicas ou comerciais, leis trabalhistas e administrativas;

VI – Averiguar se há problemas com empregados;

VII – Averiguar se existem reclamações dos associados sobre os serviços prestados;

5
1
1

VIII – Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade valor às previsões feitas e às conveniências da Associação;

IX – Certificar-se se o Conselho de Administração vem reunindo regularmente e se existem cargos vagos em sua composição;

X – Dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a esta, à Assembleia Geral e às autoridades competentes as irregularidades constatadas, e;

XI – Convocar a Assembleia Geral, quando necessário.

Parágrafo único – O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente sem que necessário.

ART. 27º - As atividades dos Diretores e Conselheiros, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO

ART. 28º - O patrimônio da Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – será constituído de instrumentos musicais, bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices da dívida pública.

ART. 29º - No caso de dissolução da Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – os bens remanescentes serão destinados a outra instituições congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional do Serviço Social ou quem legalmente o represente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 30º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

S
I
I

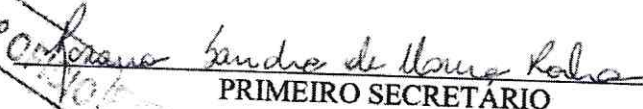
ART. 31º - O presente Estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral, especialmente convocada, entrando em vigor qualquer alteração na data do seu registro em Cartório.

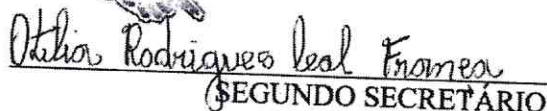
ART. 32º - Os casos omissos serão pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Picos, Piauí, 12 de agosto de 2022.


PRESIDENTE


VICE-PRESIDENTE


PRIMEIRO SECRETÁRIO

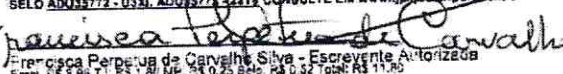

SEGUNDO SECRETÁRIO


PRIMEIRO TESOUREIRO


SEGUNDO TESOUREIRO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO E REGISTRO DE IMÓVEIS JAICÓS
MARIA DO PERPÉTUO SOUZA MATOS SILVEIRA REIS - TABELIA
CNPJ: 06.94.019/0001-80 - UNIS: 97.847-7
PRAÇA PADRE MÁRCOS, CENTRO - N° 22, JAICÓS - PIAUÍ

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE LUCIANO GIL MENDES COELHO E
OTILIA RODRIGUES LEAL FRANÇA, EM TEST. DA VERDADE, DOU FÉ, JAICÓS/PI,
16/08/2022 15:42:57.
SELO ADU33772 - USUJ. ADU33772 - 22TV CONSULTE EM www.tjpi.jus.br/portalextra


Francisca Perpetua de Carvalho Silva - Escrevente Autorizada
Empl. AS 9.96 TJ, RS 1.90 MP, AS 0.25 BM, AS 0.52 Total: RS 11,70

Ivana Teresa do Nascimento Moura Santana
ESCREVENTE AUTORIZADA

1ª Serventia Extrajudicial

Maria Darcil Clementino Santos - Interina - CNPJ 26.705.486/0001-86 - CNIS: 019882 - Rua Santo Antônio, 232 - CENTRO - Picos-PI - CEP: 64.600-004

AVERBADO EM PESSOA JURIDICA - AVERBAÇÃO N° 1 DO REGISTRO N.
326 PICOS-PI, 19/08/2022.
Emol.: 86,50 TJ: 17,31 FMMP: 4,76 Selo: 0,52 Total: 109,09
SELO NORMAL: ADC74678-IYN6 SELO NORMAL: ADC74679-H7TP
Consulte a autenticidade do em
www.tjpi.jus.br/portalextra.

Maria Darcil Clementino Santos-Tabela Interina

CNPJ 06.94.019/0001-80
1ª Serventia Extrajudicial do Registro de Imóveis, Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Naturais e Interdições - 1ª Zona
Rua Santo Antônio, N° 232, Centro, Picos/PI
CEP: 64.600-004 - (86) 99823-8883
Email: foracopios@gmail.com
Instagram: [foracopios](https://www.instagram.com/foracopios)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE ESCOLA DE MÚSICA JAIME LÉLIS, REALIZADA EM DOIS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. CONFORME EDITAL DE CONVOCAÇÃO, O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MÚSICA JAIME LÉLIS, COM SEDE NA CIDADE DE PICOS, ESTADO DO PIAUÍ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO ESTATUTO DA REFERIDA ASSOCIAÇÃO PARA UMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA DOIS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DOIS, NA RUA DOMINGOS SOARES DA ROCHA, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO. MUNICÍPIO DE PICS – PI, QUE INICIARÁ EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO ÀS NOVE HORAS DA MANHÃ E EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO ÀS DEZ E TRINTA DA MANHÃ. O PRESENTE EDITAL DE CONVOCAÇÃO VISA DELIBERAR SOBRE OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA, QUAIS SEJAM: 1) ALTERAÇÃO DO NOME DA ASSOCIAÇÃO PARA ASSOCIAÇÃO DE MÚSCIA ABÍLIO COELHO DE ESPORTE E LAZER - AMACEL E 2) ALTERAÇÕES NAS ATRIBUIÇÕES, FINALIDADES E OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO. FEITA A LEITURA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO. EM CONFORMIDADE COM O ESTATUTO, HAVENDO QUÓRUM SUFICIENTE PARA DILIBERAÇÃO DAS PAUTAS, O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO LUCIANO GIL MENDES COELHO, DECLAROU A SESSÃO DEVIDAMENTE ABERTA. APRESENTADA A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO NOME DA ASSOCIAÇÃO, DE ASSOCIAÇÃO ESCOLA DE MÚSICA JAIME LÉLIS PARA ASSOCIAÇÃO DE MÚSICA ABÍLIO COELHO DE ESPORTE E LAZER, SENDO APROVADO POR UNANIMIDADE A PRESENTE ALTERAÇÃO NO NOME DA ASSOCIAÇÃO. O SEGUNDA TÓPICO DA ORDEM DO DIA É ALTERAÇÃO NAS ATRIBUIÇÕES, FINALIDADES E OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO, SENDO APROVADA POR UNANIMIDADE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NO ESTATUTO NO QUE SE REFERE AS ATRIBUIÇÕES, FINALIDADES E OBJETIVOS. FICOU REGISTRADO QUE AS PRESENTES ALTERAÇÕES PASSAM A VALER DESDE SUA APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA, DEVENDO PORTANTO REALIZAR AS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS NECESSÁRIAS ASSIM COMO AVERBAÇÃO EM CARTÓRIO. APÓS LIDA E APROVADA, A ATA VAI ASSINADA POR MIM E POR TODOS OS MEMBROS DA DIRETORIA PRESENTES. PARA CONSTAR, EU ROSANA SANDRA DE MOURA ROCHA,



PRIMEIRA SECRETÁRIA REDIGIR A PRESENTE ATA, DATADA E ASSINADA EM DOIS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE DOIS.

1º OFÍCIO

Samuel... - CPF: 736.015.533-04

Wesley Dener Lucas da Silva Santos - CPF: 055.783.043-54

Luana Sousa Santos - CPF: 055.692.193-31

Otilia Rodrigues Leal Franca - CPF: 287.520.403-30

Marcia Gleide de Moura Rocha - CPF: 481.646.233-34

Rosana Sandra de Moura Rocha - CPF: 504.002.663-34

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO E REGISTRO DE IMÓVEIS JAICÓS
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NATOS SILVEIRA REIS - TABELIA
UNPJ: 05.724.016/0001-04 - CNE: 97.8472
PRACA PADRE INACIO, CENTRO - N° 22, JAICÓS - PIAUÍ

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE LUCIANO GIL MENDES COELHO e
OTILIA RODRIGUES LEAL FRANCA EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. Jaicós/PI,
18/08/2022 15:42:58.
SELO ADV42062 - XEAM ADV42062 - JY33

Francisca Perpetua de Carvalho Silva
Francisca Perpetua de Carvalho Silva - Escrevente Autorizada
Emp. R\$ 9,98 TJ: R\$ 1,80 MP: R\$ 0,25 Selo: R\$ 0,52 Total: R\$ 11,80

1ª Serventia Extrajudicial

Maria Darci Clementino Santos - Interina - CNPJ: 26.705.466/0001-80 - CNE: 079552 - Rua Santo Antônio, 232 - CENTRO - Picos-PI - CEP: 64.800-004

AVERBAÇÃO EM PESSOA JURÍDICA - AVERBAÇÃO N° 1 DO REGISTRO N.º
326 PÍCOS-PI, 19/08/2022.
Emol.: 86,50 TJ: 17,31 FMMP: 4,76 Selo: 0,52 Total: 109,09
SELO NORMAL: ADC74679-H7TP SELO NORMAL: ADC74678-IYWG.
Consulte a autenticidade do selo em
www.tjpi.jus.br/portalextra.

Maria Darci Clementino Santos-Tabela Interina CNPJ: 26.705.466/0001-80
1ª Serventia Extrajudicial de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Registro Civil e Interina
Rua Santo Antônio, N° 232, Centro, Picos/PI
CNPJ: 26.705.466/0001-80 - CNE: 079552-8853
CNPJ: 26.705.466/0001-80 - CNE: 079552-8853
CNPJ: 26.705.466/0001-80 - CNE: 079552-8853

Reza do Nascimento Moura Santana
REVENTE SUBSTITUTA

4ª Serventia Extrajudicial de Picos - PI
TRAV. FIRMINO RODRIGUES, 311

CNPJ: 36.486.732/0001-80
CEP: 64.600-078

FONE: (99) 3422-1041

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE TABELIAÇÃO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DA COMARCA DE PI 4ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE TABELIAÇÃO DE TÍTULOS DA COMARCA DE PI
Jocelia Sabeiro de Silva - Tabela Interina
CNPJ: 26.705.466/0001-80 - CNE: 079552-8853
Travessa Firmino Rodrigues, 311, Centro, CEP: 64.600-078, Picos-PI

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE LUCAS SOUSA SANTOS e
WESLEY DENER LUCAS DA SILVA DANTAS. DOU FÉ. EM TEST. DA VERDADE. Picos-PI, 17/08/2022. Selo: ADV41895-ASLI
ADV41895-SE08 www.tjpi.jus.br/portalextra.

ALESSON PEREIRA LIMA - Escrevente Autorizado
Emol.: 8,98 TJ: 1,80 FMMP/PI: 0,50 Selo: 0,52 Total: 11,80 - OP: 46

1ª Maria do Perpétuo Socorro Natos Silveira Reis
Tabela do 1º Ofício e Oficial do Registro de Imóveis
Antonio Robert Silveira Reis
Tabela Substituto
Francisca Perpetua de Carvalho Silva
Escrevente Autorizada
Jaicós-Piauí

4ª Serventia Extrajudicial de Picos - PI

TRAV. FIRMINO RODRIGUES, 311
CNPJ: 36.486.732/0001-80

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE TABELIAÇÃO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DA COMARCA DE PI 4ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE TABELIAÇÃO DE TÍTULOS DA COMARCA DE PI
Jocelia Sabeiro de Silva - Tabela Interina
CNPJ: 26.705.466/0001-80 - CNE: 079552-8853
Travessa Firmino Rodrigues, 311, Centro, CEP: 64.600-078, Picos-PI

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE ROSANA SANDRA DE MOURA
ROCHA e MARCIA GLEIDE DE MOURA ROCHA. DOU FÉ. EM
TEST. DA VERDADE. Picos-PI, 18/08/2022. Selo: ADV42062-XEAM ADV42062-JY33
www.tjpi.jus.br/portalextra.

ALESSON PEREIRA LIMA - Escrevente Autorizado
Emol.: 8,98 TJ: 1,80 FMMP/PI: 0,50 Selo: 0,52 Total: 11,80 - OP: 46

1ª Serventia Extrajudicial

Maria Darci Clementino Santos - Interina

CNPJ 26.705.466/0001-86 | CNS: 079582

CERTIDÃO

MARIA DARCI CLEMENTINO SANTOS, Tabeliã Interina do 1º Ofício, Escrivã do Civil, Órfãos Comercio e mais anexos, Oficial do Protesto, Oficial do Registro de Imóveis e Hipotecas da Zona Sul, da Comarca de Picos, Estado do Piauí, por título vitalício, etc.

CERTIFICO

EM VIRTUDE DA FACULDADE QUE ME É DADA POR LEI E A REQUERIMENTO VERBAL DE PESSOA INTERESSADA QUE REVENDO O ARQUIVO DESTES CARTÓRIO, do mesmo consta, às Fls. 1 do Livro nº 3, Protocolo nº 36 de REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, Sob nº 326 em 10/08/2022 e AV-3-326 em 19/08/2022, o (a) Registro da (o) **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE ESCOLA DE MÚSICA JAIME LÉLIS**, REALIZADA EM DOIS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. CONFORME EDITAL DE CONVOCAÇÃO, O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MÚSICA JAIME LÉLIS, COM SEDE NA CIDADE DE PICOS, ESTADO DO PIAUÍ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO ESTATUTO DA REFERIDA ASSOCIAÇÃO PARA UMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA DOIS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DOIS, NA RUA DOMINGOS SOARES DA ROCHA, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO. MUNICÍPIO DE PICS – PI, QUE INICIARÁ EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO ÀS NOVE HORAS DA MANHÃ E EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO ÀS DEZ E TRINTA DA MANHÃ. O PRESENTE EDITAL DE CONVOCAÇÃO VISA DELIBERAR SOBRE OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA, QUAIS SEJAM: 1) ALTERAÇÃO DO NOME DA ASSOCIAÇÃO PARA ASSOCIAÇÃO DE MÚSICA ABÍLIO COELHO DE ESPORTE E LAZER - AMACEL E 2) ALTERAÇÕES NAS ATRIBUIÇÕES, FINALIDADES E OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO. FEITA A LEITURA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO. EM CONFORMIDADE COM O ESTATUTO, HAVENDO QUÓRUM SUFICIENTE PARA DILIBERAÇÃO DAS PAUTAS, O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO LUCIANO GIL MENDES COELHO, DECLAROU A SESSÃO DEVIDAMENTE ABERTA. APRESENTADA A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO NOME DA ASSOCIAÇÃO, DE ASSOCIAÇÃO ESCOLA DE MÚSICA JAIME LÉLIS PARA ASSOCIAÇÃO DE MÚSICA ABÍLIO COELHO DE ESPORTE E LAZER, SENDO APROVADO POR UNANIMIDADE A PRESENTE ALTERAÇÃO NO NOME DA ASSOCIAÇÃO. O SEGUNDO TÓPICO DA ORDEM DO DIA É ALTERAÇÃO NAS ATRIBUIÇÕES, FINALIDADES E OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO, SENDO APROVADA POR UNANIMIDADE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NO ESTATUTO NO QUE SE REFERE AS ATRIBUIÇÕES, FINALIDADES E OBJETIVOS. FICOU REGISTRADO QUE AS PRESENTES ALTERAÇÕES PASSAM A VALER DESDE SUA APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA, DEVENDO PORTANTO REALIZAR AS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS NECESSÁRIAS ASSIM COMO AVERBAÇÃO EM CARTÓRIO. APÓS LIDA E APROVADA, A ATA VAI ASSINADA POR MIM E POR TODOS OS MEMBROS DA DIRETORIA PRESENTES. PARA CONSTAR, EU ROSANA SANDRA DE MOURA ROCHA, PRIMEIRA SECRETÁRIA REDIGIR A PRESENTE ATA, DATADA E ASSINADA EM DOIS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE**



Luana Teresa do Nascimento Moura Santana
ESCREVENTE SUBSTITUTA

Rua Santo Antônio, 232 - CENTRO - Picos-PI - CEP: 64.600-004
Fone: (89) 3422-1242 | E-mail: cartorio1oficiopicos@gmail.com

CNPJ: 26.705.466/0001-86
1ª Serventia Extrajudicial de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Registro de Interdições - 1ª Zona e Naturalização - Picos-PI
Rua Santo Antônio, nº 232, Centro, Picos-PI
CEP: 64.600-004 - (89) 3422-1242
E-mail: cartorio1oficiopicos@gmail.com
Instagram: @cartorio1oficiopicos

MÚSICA ABÍLIO COELHO DE ESPORTE E LAZER – AMACEL. CAPÍTULO I, DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADE. ART 1º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer - AMACEL, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Picos, estado do Piauí, situada na Rua Domingos Soares da Rocha, s/nº, sala 02, bairro Ipueiras, CEP: 64.604-080. Parágrafo 1º - A Associação adotará a sigla AMACEL, e o nome de fantasia de Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer, bem como adotará as seguintes insígnias: I. Logomarca; II. Símbolo; III. Emblema; IV. Estandarte esportivo. Parágrafo 2º - As insígnias terão formato, símbolos, cores e significados estabelecidos em Regimento Interno; Poderá ainda criar Medalhas e Condecorações. ART. 2º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL, tem por finalidade: I – O desenvolvimento da cultura da música e da arte; II – A capacitação profissional as crianças, jovens e adultos; III – A assistência cultural da arte musical, gratuitamente as crianças, jovens e adultos; IV – A promoção de integração ao mercado de trabalho; V – Implementar programas sociais, de educação, de saúde, de cultura, de esporte e lazer e de educação, que integrem ações de atendimento a criança, jovens e adultos e de qualificação de profissionais e projetos em parceria com a escola pública; VI – Incentivar e propor parcerias para execução de projetos sociais, culturais, esportivos de lazer e de educação, para crianças, jovens e adultos; VII – Promover a cultura, esporte, educação e lazer aos menos favorecidos em parceria com órgãos públicos, com a finalidade de afastar as crianças, jovens e adultos da criminalidade; VIII – Estabelecer parcerias que propiciem ao jovem a experiência da aprendizagem e sua inserção ao mercado de trabalho; IX – Desenvolver ações com as famílias para o fortalecimento de vínculos familiares e sociais, visando à proteção e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes; X - Incentivar e promover a prática do esporte em todas as modalidades, como um instrumento de integração e inclusão social; XI – Promover a cidadania e educação ambiental, desenvolvendo a responsabilidade social e ambiental; XII – Difundir a prática e as atividades ligadas ao esporte, educação, cultura e lazer de Orientação, em parcerias com as Forças Armadas, Clubes, Universidades e Faculdades, Institutos, Escolas, com Órgãos Governamentais e não Governamentais, Empresas Privadas, Secretarias, Associações, Federações e Confederações; XIII – Promover os valores da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; XIV – Promover a defesa, preservação, conservação do meio ambiente e seu Desenvolvimento sustentável; XV – Colaborar com programas e projetos do poder público que destinem ao desenvolvimento social, ao combate à miséria e exclusão social; XVI – Promoção de direitos das pessoas portadoras de deficiência, dos direitos da mulher, do idoso e da criança, combate a todo o tipo de discriminação sexual, racial, social, trabalho forçado e infantil, bem como ao consumo de drogas. Parágrafo 1º - Para atingir seus objetivos, a Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL, poderá desenvolver as seguintes atividades: I – Estabelecer parcerias com o Poder Público federal, estadual e municipal, famílias e outros grupos sociais para integrar iniciativas voltadas para o atendimento às crianças, jovens e adultos; II – Firmar convênios, contratos, acordos, consórcios, ajustes e termo de parcerias e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras; III – Receber contribuições, patrocínios, auxílios, dotações, subvenções, doações, emendas parlamentares e legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; IV- Fomentar a prática cultural, educacional, esportiva, lazer e desporto em parceria com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; V – Estabelecer parcerias para criação e manutenção de escolas de futebol, escola de música e de programas de conservação e preservação ao meio ambiente com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. ART. 3º - No desenvolvimento de suas atividades a Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – não fará qualquer



Luana Tereza do Nascimento Moura Santana
ESCREVENTE SUBSTITUTA

CNPJ: 26.705.480/0001-86
1º Servente Extrajudicial de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Naturais e Interdições - 1ª Zona
Rua Santo Antônio, Nº 223, Centro, Picos/PI
CEP: 64.600-004 - (86) 30423-9553
Email: cartorio10picospi@picasa.com
Instagram: @cartorio10picospi

1ª Serventia Extrajudicial

Maria Darci Clementino Santos - Interina

CNPJ 26.705.466/0001-86 | CNS: 079582

discriminação. ART. 4º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – terá um Regimento Interno que aprovado pela Assembleia Geral, discriminará o seu funcionamento. ART. 5º - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – se organizará em tantas unidades de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno aludido no artigo 4º. **CAPÍTULO II, DOS SÓCIOS.** ART. 6º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – é constituída por número ilimitados de sócios, distribuídos nas seguintes categorias: fundador, benfeitor, honorário, doador e contribuinte. Parágrafo 1º - São sócios fundadores os que participarem da Assembleia de Geral de sua fundação. Parágrafo 2º - São sócios benfeitores os que, não pertencendo ao quadro social tenham prestados serviços relevantes à Associação e tenham recebido esta qualificação por deliberação da Assembleia Geral. Parágrafo 3º - São sócios honorários os que, não pertencendo ao quadro social tenham emprestado o seu prestígio moral ou material ao desenvolvimento da Associação e tenham recebido esta qualificação por deliberação da Assembleia Geral. Parágrafo 4º - São sócios doadores todos aqueles que tenham feito doação de qualquer espécie à Associação e tenham recebido esta qualificação por deliberação da Assembleia Geral. Parágrafo 5º - São sócios contribuintes todos aqueles que, tendo sido aceitos como membros da associação, têm o dever pagar uma contribuição fixa, mensalmente, estipulada na proposta de admissão. ART. 7º - São direitos dos sócios contribuintes, quites com suas contribuições sociais: I – Votar e ser votado para os cargos eletivos; II – Tomar parte nas Assembleias Gerais; III – Fazer propostas e defendê-las nas Assembleias Gerais; IV – Propor novos associados. ART. 8º - São deveres dos sócios: I – Cumprir as disposições estatutárias e regimentais; II – Acatar as determinações da Diretoria; III – Pagar em dia suas contribuições; e IV – Trabalhar para que a Associação possa desempenhar suas funções, finalidades e programas. ART. 9º - Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Associação. **CAPÍTULO III, DA ADMINISTRAÇÃO.** ART. 10º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL será administrada por: I – Assembleia Geral; II – Diretoria; e III – Conselho Fiscal. ART. 11º - A Assembleia Geral, órgão soberano da Associação, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários. ART. 12º - Compete à Assembleia Geral: I – Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; II – Decidir sobre reformas do Estatuto; III – Decidir sobre a extinção da Associação nos termos dos seus artigos 29 e 30; IV – Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais; V – Decidir sobre a conveniência e formas de angariar recursos financeiros e outros, em âmbito nacional ou internacional; VI – Decidir sobre o valor da taxa de contribuição dos sócios e suas alterações. ART. 13º - A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para: II – Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal, e; III – Eleger os membros da Diretoria ou Conselho Fiscal. ART. 14º - A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada: I – Pela Diretoria; II – Pelo Conselho Fiscal; e III – Por requerimento de 10 (dez) sócios quites com suas obrigações sociais. ART. 15º - A Convocação da Assembleia Geral será feita – por meio de edital afixado na sede da instituição, publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. Parágrafo único – Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda, com qualquer número deles, podendo constar do mesmo edital os prazos para a realização de cada uma delas, com a diferença mínima de uma hora da primeira para a segunda. ART. 16º - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros. Parágrafo único – O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, sendo vedada mais de



Luana Teresa do Nascimento Moura Santana
ESCREVENTE SUBSTITUTA

Rua Santo Antônio, 232 - CENTRO - Picos-PI - CEP: 64.600-004
Fone: (89) 3422-1242 | E-mail: cartorio1oficiopicos@gmail.com

CNPJ: 26.705.466/0001-86
1ª Serventia Extrajudicial de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Naturalização e Interdições - 1ª Zona
Rua Santo Antônio, nº 232, Centro, Picos/PI
CEP: 64.600-004 - (89) 3422-1242
E-mail: cartorio1oficiopicos@gmail.com
Instagram: @cartorio1oficiopicos

uma reeleição consecutiva. ART. 17º - Compete a Diretoria: I – Elaborar e executar o programa anual de atividades; II – Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual; III – Entrosar-se com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, para mútua colaboração em atividades de interesse comum, em conformidade com as leis do país e as finalidades do presente Estatuto. IV – Contratar e demitir funcionários; V – Fixar as normas de disciplina funcional; VI – Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades, fixando quantidades, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias a sua efetivação; VII – Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral; VIII – Avaliar a conveniência e fixar os limites de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da Associação, e; IX – Zelar pelo cumprimento das leis do país relativas às Associações e outras aplicáveis, bem assim pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal. ART. 18º - A Diretoria reunir-se-á no mínimo de três em três meses por ano; ART. 19º - Compete ao Presidente: I – Representar a Associação judicial e extrajudicialmente; II – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno; III – Presidir a Assembleia Geral; IV – Convocar a presidir as reuniões da Diretoria; V – Aprovar ou recusar, se julgar conveniente, compromissos e pagamentos, transferências e outros documentos pertinentes. ART. 20º - Compete ao Vice-Presidente: I – Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos; II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente. ART. 21º - Compete ao Primeiro Secretário: I – Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas; II – Publicar todas as notícias das atividades da Associação; III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente. ART. 22º - Compete a Segundo Secretário: I – Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos; II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término, e; III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário. ART. 23º - Compete ao Primeiro Tesoureiro: I – Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração; II – Pagar as contas autorizadas pelo Presidente; III – Apresentar relatórios de receita e despesa, sempre que for solicitado; IV – Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral; V – Apresentar o relatório financeiro para ser submetido ao Conselho Fiscal. VI – Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria; VII – Em conjunto com o Presidente movimentar as contas bancárias e outras obrigações, emitindo e endossando cheques, ordens de pagamento, transferências e outros documentos pertinentes. ART. 24º - Compete ao Segundo Tesoureiro: I – Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos; II – Assumir o mandato do Primeiro Tesoureiro, em caso de vacância, até o seu término e; III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro. ART. 25º - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Parágrafo primeiro – O mandato do Conselho Fiscal será de 01 (um) ano; Parágrafo segundo – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término; Parágrafo terceiro – É vedada mais de uma reeleição consecutiva para membro do Conselho Fiscal. ART. 26º - Compete ao Conselho Fiscal: I – Examinar os livros de escrituração da Associação; II – Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, emitindo parecer a respeito; III – Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria, emitindo parecer a respeito; IV – Opinar sobre a aquisição e alienação de bens; V – Certificar-se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, entidades públicas ou comerciais, leis trabalhistas e administrativas; VI – Averiguar se há problemas com empregados; VII – Averiguar se existem reclamações dos associados sobre os serviços prestados; VIII – Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade valor às previsões feitas e às conveniências da Associação; IX – Certificar-se se o Conselho de Administração vem reunindo



Luana Teresa do Nascimento Moura Santana
ESCREVENTE SUBSTITUTA

CNPJ: 26.705.408/0001-06
1º Serventia Extrajudicial de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Naturais e Interdições - 1ª Zona
Rua Santo Antônio, Nº 223, Centro, Picos/PI
CEP: 64.600-004 - (86) 98823-8883
Email: cartorio1e8ciopicos@gmail.com
Instagram: @cartorio1e8ciopicos

1ª Serventia Extrajudicial

Maria Darci Clementino Santos - Interina

CNPJ 26.705.466/0001-86 | CNS: 079582

regularmente e se existem cargos vagos em sua composição; X – Dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a esta, à Assembleia Geral e às autoridades competentes as irregularidades constatadas, e; XI – Convocar a Assembleia Geral, quando necessário. Parágrafo único – O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente sem que necessário. ART. 27º - As atividades dos Diretores e Conselheiros, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem. **CAPÍTULO IV, DO PATRIMÔNIO.** ART. 28º - O patrimônio da Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – será constituído de instrumentos musicais, bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices da dívida pública. ART. 29º - No caso de dissolução da Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – os bens remanescentes serão destinados a outra instituições congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional do Serviço Social ou quem legalmente o represente. **CAPÍTULO V, DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.** ART. 30º - A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer – AMACEL – será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades. ART. 31º – O presente Estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral, especialmente convocada, entrando em vigor qualquer alteração na data do seu registro em Cartório. ART. 32º - Os casos omissos serão pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ. Certidão negativa/positiva por pessoa física ou jurídica (individual): R\$ 19,85 - FERMOJUPI: R\$ 3,97 - FMMP/PI: R\$ 1,09 - Selo: R\$ 0,26 - TOTAL: R\$ 25,17 (PG: 2022.08.564/2)

PICOS (PI), 10/08/2022.

Luana Tereza do Nascimento Moura Santana
ESCREVENTE SUBSTITUTA

Luana Tereza do Nascimento Moura Santana

Maria Darci Clementino Santos - Tabeliã Interina



CNPJ: 26.705.466/0001-86
1ª Serventia Extrajudicial do Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Naturalização e Interdições - 1ª Zona
Rua Santo Antônio, Nº 233, Centro, Picos/PI
CEP: 64.600-004 - (86) 98823-8863
Email: cartorio1oficiopicos@gmail.com
Instagram: @cartorio1oficiopicos

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.775.350/0001-92

Razão Social: ASSOCIACAO DE MUSICA ABILIO COELHO ESPORTE LAZER AMACEL

Endereço: R DOMINGOS DA ROCHA SOARES SN SALA 02 / IPUEIRAS / PICOS / PI / 64604-080

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/09/2022 a 08/10/2022

Certificação Número: 2022090914472523425630

Informação obtida em 12/09/2022 08:08:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 01.775.350/0001-92

Razão social: ASSOCIACAO DE MUSICA ABILIO COELHO ESPORTE LAZER AMACEL

Nome fantasia: A S S E M J A L

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
09/09/2022	09/09/2022 a 08/10/2022	2022090914472523425630
31/03/2001	31/03/2001 a 30/04/2001	
28/02/2001	28/02/2001 a 31/03/2001	
31/01/2001	31/01/2001 a 28/02/2001	

Resultado da consulta em 12/09/2022 08:08:33

[Voltar](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.775.350/0001-92 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/04/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE MUSICA ABILIO COELHO DE ESPORTE E LAZER - AMACEL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A S S E M J A L	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 58.11-5-00 - Edição de livros 59.13-8-00 - Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão 85.91-1-00 - Ensino de esportes 85.92-9-01 - Ensino de dança 85.92-9-02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança 85.92-9-03 - Ensino de música 85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 93.11-5-00 - Gestão de instalações de esportes 93.12-3-00 - Clubes sociais, esportivos e similares 94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R DOMINGOS DA ROCHA SOARES	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO SALA 02
CEP 64.604-080	BAIRRO/DISTRITO IPUEIRAS	MUNICÍPIO PICOS
UF PI		
ENDEREÇO ELETRÔNICO AMACELPICOS@GMAIL.COM		TELEFONE (89) 9921-4789
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/01/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **29/08/2022** às **17:08:55** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	01.775.350/0001-92
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO DE MUSICA ABILIO COELHO DE ESPORTE E LAZER - AMACEL
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	LUCIANO GIL MENDES COELHO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 29/08/2022 às 17:16 (data e hora de Brasília).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO ESCOLA DE MUSICA JAIME LELIS
CNPJ: 01.775.350/0001-92

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:18:29 do dia 19/08/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/02/2023.

Código de controle da certidão: **1F5D.C1A8.BA9F.E2C7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

22938473/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

LUCIANO GIL MENDES COELHO

OU

CPF n. 796.015.533-04

Certidão emitida em 22/08/2022, às 15:29:36 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 385, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 22/08/2022, às 01:11:35.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 22938473

Código de Validação: D7E7 5E48 8BB0 4990 F112 C0D0 EAAA 1E6F

Data da Atualização: 22/08/2022, às 01:11:35





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

22938601/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

MARCIA GLEIDE DE MOURA ROCHA

OU

CPF n. 481.646.233-34

Certidão emitida em 22/08/2022, às 15:32:02 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 385, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 22/08/2022, às 01:11:35.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 22938601

Código de Validação: C384 2D1E A166 1C1A 9DEF 10BC 7BC8 0175

Data da Atualização: 22/08/2022, às 01:11:35





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

22938662/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

LUCAS SOUSA SANTOS

OU

CPF n. 055.692.193-31

Certidão emitida em 22/08/2022, às 15:33:10 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 385, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 22/08/2022, às 01:11:35.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 22938662

Código de Validação: BFD3 6C29 2579 9068 DCBF 8FF2 3A97 46A5

Data da Atualização: 22/08/2022, às 01:11:35





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

22938723/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

ROSANA SANDRA DE MOURA ROCHA

OU

CPF n. 504.002.663-34

Certidão emitida em 22/08/2022, às 15:34:14 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 385, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 22/08/2022, às 01:11:35.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 22938723

Código de Validação: 5F0A 6F3C 955C CC05 1131 8E1C DC41 A450

Data da Atualização: 22/08/2022, às 01:11:35





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

22938791/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

OTILIA RODRIGUES LEAL FRANCA

OU

CPF n. 287.520.403-30

Certidão emitida em 22/08/2022, às 15:35:12 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 385, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 22/08/2022, às 01:11:35.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 22938791

Código de Validação: E370 2C53 ED72 2BA4 9634 2921 6A5D 86F6

Data da Atualização: 22/08/2022, às 01:11:35





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

22941152/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

WESLEY DENER LUCAS DA SILVA DANTAS

OU

CPF n. 055.783.043-54

Certidão emitida em 22/08/2022, às 16:12:40 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 385, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 22/08/2022, às 01:11:35.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 22941152

Código de Validação: 9FCE 4AE4 1A1B A978 6259 7502 CE9D FBE8

Data da Atualização: 22/08/2022, às 01:11:35



CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PI

NOME
LUCIANO GIL MENDES COELHO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSORAUF
1633953 SSF PI

CPF
796.015.533-04

DATA NASCIMENTO
17/10/1978

FILIAÇÃO
GILBERTO FEITOSA COELHO

LUISA MENDES DE CARVALHO NE
TA COELHO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
A2

Nº REGISTRO
04464375468

VALIDADE
02/05/2023

1ª HABILITAÇÃO
24/09/2008

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
TARNAIBA, PI

DATA EMISSÃO
07/08/2018

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

35538568326
PI320644877

PIAUI

DENATRAN CONTRAN

VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1652783330

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN



Edital 03/2022
Chamamento Público

PARCERIA: Conselho Regional de Contabilidade do Piauí - CRC/PI.
PARCEIROS: Instituições Sem Fins Lucrativos
Objeto: Seleção e credenciamento de Instituições Sem Fins Lucrativos para celebração de parceria com vistas ao recebimento de doações provenientes da arrecadação de gêneros alimentícios provenientes da arrecadação em cursos e eventos solidários promovidos pelo CRC/PI.
Data de aprovação na Plenária: 897ª Reunião Plenária, 30/06/2022.
Mais informações: crcpi@crcpi.org.br

Contadora – Adriana de Almeida Paula da Graça
Presidente do CRC-PI
PP. 7772

MR Parnaíba Loteamento e Empreendimentos Imobiliários SPE III Ltda torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA) de Parnaíba-PI, a Licença Prévia e de Instalação, para o Empreendimento MR Parnaíba SPE III, localizada no Povoado Trapiá, S/N – Floriópolis – Parnaíba/PI.
Foi determinado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

PP. 7773

A Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí, CNPJ nº 06.553.945/0001-17, torna público que requereu à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Licença Prévia para Construção de Passagem molhada com extensão de 42,50 m, na Localidade Melancia, zona rural do Município de Santo Inácio do Piauí: Local da Passagem Molhada – Coordenadas UTM – E 181891.74 / N 9179609.54 – Fuso 24.

PP. 7774

Barcamp Ltda, CNPJ nº 01.493.256/0004-93, torna público que solicitou à SEMAR a Renovação da Licença de Operação, para Extração e Beneficiamento de Ardósia na Fazenda Boa Vista, s/n, zona rural no município de Juazeiro do Piauí/PI.

PP. 7775

Eu, ISMAEL CARVALHO LOPES, residente RUA JOSÉ ELVINO Nº 212, BAIRRO SOLIDADE, SIMÕES PIAUÍ, CPF 010.287.633-95, torna público que requereu junto a Secretaria de Meio Ambiente De Simões Piauí a **Dispensa de Licenciamento Ambiental** para o empreendimento/atividade CRIAÇÃO DE 50 OVINOS, 05 BOVINOS, localizado (a) em SÍTIO JOÃO DE SOUSA, ZONA RURAL DE SIMÕES PIAUÍ, no município de SIMÕES, UF PI.

PP. 7777

A UNIBRÁS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTIVEL LTDA torna público que solicitou a SEMAR a mudança de titularidade do processo nº AA.130.1.003431/22 de um poço tubular na localidade de Rua João Paulo Rodrigues, N 360 B. N.S. da Guia, no Aquífero Poti-Piauí, no município de Floriano (PI), Coordenadas 6°48' 28.806"S e 43°0' 44.406"W para reservar 29.200,00 m³/ano para uso finalidade do uso industrial e outros usos, de acordo com a documentação em anexo ao processo.

A FORTALEZA AGROINDUSTRIAL LTDA CNPJ 17.692.753/003432/22 torna público que solicitou a SEMAR a mudança de titularidade e CNPJ do processo nº AA.130.1.003432/22 de um poço tubular na localidade de Fazenda Fortaleza, no Aquífero Poti-Piauí, no município de Santa Filomena (PI), Coordenadas 08°52' 31,81"S e 45°33' 25,40"W para reservar 6.570,00 m³/ano para uso finalidade consumo humano, de acordo com a documentação em anexo ao processo.

SIMPLICIO FERREIRA DE CARVALHO NETO (Mineradora Jenipapo) - CNPJ 08.938.015/0001-07, torna público que requereu junto à SEMAR/PI – Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Piauí, os pedidos de Autorização e Outorga de Direito de Uso/Regularização: para 01(um) poço tubular na localidade: Vila Foca (poço 4) 08° 21' 9,50" S e 42° 13' 49,62" W São João do Piauí-PI. Reservar 32.120,00 m³/ano, Bacia do Parnaíba Sub-Bacia Canindé, para fins de Uso construção civil.

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RENOIR - CNPJ 02.861.241/0001-50, torna público que requereu junto à SEMAR/PI – Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Piauí, os pedidos de Autorização e Outorga de Direito de Uso/Regularização: para 01(um) poço tubular na localidade: Av. Marechal Castelo Branco 360 B Ilhotas 05° 05' 8,80" S e 42° 47' 39,10" W Teresina-PI. Reservar 7.3600,00 m³/ano, Bacia do Parnaíba Sub-Bacia Poti, para fins de Outros usos.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAJEÚ DO PI - CNPJ 01.612.602/0001-62 torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMAR a **AUTORIZAÇÃO DE PERFURAÇÃO E OUTORGA PREVENTIVA**, para os poços tubulares das localidades abaixo relacionadas no município de **PAJEÚ DO PI - PI**. Bacia - Rio Parnaíba - Sub-Bacia- **RIO CANINDÉ**. Finalidades do uso da água: **CONSUMO HUMANO**.

LOCALIDADES	LATITUDE	LONGITUDE	VOLUME REQUER (m³/ano)
CASINHAS	S 7°59'22.00"	W 42°58'21.93"	1.314

FAZENDA TORRES LTDA - CNPJ nº 41.371.009/0001-96, torna público que solicitou a SEMAR a **REGULARIZAÇÃO DE POÇO TUBULAR EXISTENTE** na FAZENDA TORRES (Gleba Cajueiro, Data Santa Barbara, Zona Rural, Cocal-PI), Sub-bacia do Piranji, Aquífero Cabeças, Coordenadas: 03° 33' 00,01" S / 41° 34' 40,87" W, para reservar 1.642,50 m³/ano, para **OUTROS USOS/CONSUMO HUMANO**.

ASSOCIAÇÃO DE MÚSICA ABÍLIO COELHO DE ESPORTE E LAZER-AMACEL

EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL

DENOMINAÇÃO: A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer - AMACEL, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Picos, estado do Piauí, situada na Rua Domingos Soares da Rocha, s/nº, sala 02, bairro Ipueiras, CEP: 64.604-080 é constituída por número ilimitados de sócios, distribuídos nas seguintes categorias: fundador, benfeitor, honorário, doador e contribuinte, é uma associação civil, sem fins lucrativos,

A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer - AMACEL - é constituída por número ilimitados de sócios, distribuídos nas seguintes categorias: fundador, benfeitor, honorário, doador e contribuinte e será administrada por: I – Assembleia Geral; II – Diretoria; e III – Conselho Fiscal.

PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO: O patrimônio da Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer - AMACEL - será constituído de instrumentos musicais, bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices da dívida pública. No caso de dissolução da Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer - AMACEL - os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional do Serviço Social ou quem legalmente o represente.

DISPOSIÇÕES GERAIS: A Associação de Música Abílio Coelho de Esporte e Lazer - AMACEL - será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades. O presente Estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral, especialmente convocada, entrando em vigor qualquer alteração na data do seu registro em Cartório.

Os casos omissos serão pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

PP. 7778